

REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES ARTICULADORES DE ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL NA PERSPECTIVA DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE MATO GROSSO DO SUL

Patrícia Pato dos Santos¹ (UEMS/CG)
Carla de Britto Ribeiro Carvalho² (UEMS/CG)
Dayse Centurion da Silva³ (UEMS/CG)

RESUMO: Este artigo resulta de pesquisa em andamento na qual se investiga o Programa Mais Educação como estratégia de uma política pública para o fortalecimento da aprendizagem na perspectiva da Educação Integral. O estudo tem como objetivo compreender a prática docente desenvolvida na educação integral sob o aspecto da formação continuada. O professor contemporâneo necessita estar em constante formação, por meio de leituras e estudos, mantendo-se em atualização e desenvolvendo práticas pedagógicas eficientes, para que seja possível refletir sobre suas ações, direcioná-las segundo a realidade em que atua e acima de tudo enfrentar os desafios do processo de ensino e de aprendizagem. Neste sentido, parte-se do reconhecimento pelo professor da importância da formação continuada para o desenvolvimento de sua práxis pedagógica, como forma de romper com a barreira da acomodação, por vezes estabelecida ao longo dos anos de profissão. A metodologia utilizada está embasada na pesquisa bibliográfica e documental das políticas de formação de professores articuladores mais especificamente voltadas para a educação integral. Como resultado parcial deste estudo destaca-se a importância de se compreender a formação continuada como estratégia para assegurar a visão de totalidade e de interação entre teoria e prática, como possibilidade de formação humana, visando apreender o desenvolvimento completo por meio de uma formação docente que contemple o conhecimento sistematizado.

Palavras-chave: Programa Mais Educação. Formação de Professores. Educação Integral.

INTRODUÇÃO

O estudo apresenta resultados preliminares da análise da relação estabelecida entre a formação continuada docente e a atuação do professor articulador de atividades de educação de tempo integral, na perspectiva do Programa Mais Educação.

¹ Mestranda do Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS. Membro do GPG – Política e Gestão Educacional.

² Mestranda do Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS.

³ Mestranda do Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS. Membro do GPG – Política e Gestão Educacional.

Apreendemos em Leite (2011), a importância da formação docente como sendo uma das principais estratégias de qualificação do sistema educacional, à medida que

[...] é imperioso que as agências formadoras de professores percebam que, além do conhecimento da disciplina que irá ensinar, o docente precisa ter preparo para compreender os desafios inerentes ao processo de ensino-aprendizagem e assegurar-se da importância dos princípios em relação ao caráter ético da sua atividade. [...] e esses saberes docentes, necessários ao professor, constituem ainda conhecimentos novos para as instituições e para os pesquisadores que atuam na formação desse profissional. (LEITE, 2011, p. 20).

Parte-se do pressuposto de que ao ingressar na carreira docente, o professor apresenta em nível de formação inicial, um conhecimento teórico necessário a sua prática pedagógica. Entretanto, durante o exercício da profissão este constata que se faz imperativo a busca pelo aprimoramento teórico-metodológico na perspectiva do desenvolvimento profissional e consequente melhoria da qualidade da educação.

Neste sentido, buscamos em Libâneo, o conceito de formação continuada, como sendo o prolongamento da formação inicial, visando o aperfeiçoamento profissional teórico e prático no próprio contexto de trabalho e o desenvolvimento de uma cultura geral mais ampla, para além do exercício profissional. (LIBÂNEO, 2004, p. 227).

Portanto, nesta abordagem, o espaço escolar torna-se elemento fundamental, pois é neste campo que se concretizam as ações da política educacional de formação de professores articulando de forma dialética as relações de poder e dominação que se estabelecem na sociedade e as significações e especificidades históricas daquela realidade.

Diante do exposto, concordamos com Leite (2011), ao perceber que

[...] sem uma compreensão sobre a escola pública, não se consegue avaliar o verdadeiro papel do professor e, conseqüentemente, não haverá condições de refletir as questões referentes à formação inicial dos docentes, a partir do modelo que se apresenta hoje, a fim de propor novos sentidos para o processo formativo desses profissionais e refletir sobre os saberes docentes necessários à construção de sua profissionalidade. (LEITE, 2011, p. 27).

Para maior clareza das proposições apresentadas, inicialmente faz-se uma breve análise acerca do Programa Mais Educação como estratégia de

fomento à política de educação integral. Segue-se uma breve reflexão sobre a formação continuada docente. Posteriormente apresenta-se o papel do professor articulador de atividades de educação de tempo integral nas unidades escolares da rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul e por fim, as considerações finais procurando sinalizar as perspectivas que se vislumbram para a formação de professores para a educação integral.

1. O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE FOMENTO À EDUCAÇÃO INTEGRAL

A sociedade atual pode ser compreendida como um aparelhamento de instituições articuladas entre si, nas esferas públicas e privadas, em busca da garantia da supremacia dos interesses dos grupos dominantes.

Esta questão nos remete à problemática da educação como dispositivo de hegemonia do capital, com dupla função, dentro de uma perspectiva dialética de conservação e possibilidade de superação das estruturas capitalistas.

Nesse sentido, torna-se possível deduzir que para contribuir para a preparação dos sujeitos para vida é fundamental que a escola se abra à comunidade de seu entorno e promova uma educação para além dos muros escolares.

A efetivação da educação integral em jornada ampliada encontra respaldo a partir da publicação da Lei 9394/96 que determina que o “[...] ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino” (art.34, §2).

Na perspectiva da valorização do desenvolvimento integral do educando e no reconhecimento do indivíduo como um ser formado de múltiplas facetas, encontra-se o ponto de vista sobre educação integral defendido por Maurício (2009), como sendo aquela que

[...] reconhece a pessoa como um todo e não como um ser fragmentado, por exemplo, entre corpo e intelecto. Entende que esta integralidade se constrói através de linguagens diversas, em variadas atividades e circunstâncias. A criança desenvolve seus aspectos afetivo, cognitivo, físico, social e outros conjuntamente (MAURÍCIO, 2009, p. 26).

O Programa Mais Educação foi instituído pela portaria interministerial 17/2007, visando “[...] fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades sócio-educativas no contra turno escolar”. (BRASIL, 2007).

Pelo texto da Proposta de Emenda Constitucional (PEC 134/07 – Educação Integral de Tempo Integral), que acrescenta parágrafo ao art. 208 da Constituição Federal e dá nova redação ao parágrafo 1º do art. 211, as escolas teriam até 2020 para implantar a nova jornada de ampliação da carga horária, devendo incluir também atividades opcionais extraclasse, após as sete horas diárias mínimas de educação formal, passando a valer para a educação infantil e o ensino fundamental e médio regulares.

Em 2010, o Decreto Presidencial 7.083, ratificou o referido programa e qualificou com maior intensidade suas finalidades educativas. Segundo este documento, o Programa Mais Educação tem por principal objetivo contribuir para o progresso significativo da aprendizagem, por meio do acréscimo do tempo de permanência do aluno na escola ou em outros espaços educativos sob responsabilidade da escola. (BRASIL, 2010).

Faz-se evidente que ao desenvolver a educação integral sob o ponto de vista do “Programa Mais Educação” a escola necessita propiciar ao aluno aprendizagens desafiadoras com a intenção de favorecer a prática de valores que aprimorem o processo de sociabilidade.

Nesse sentido, o currículo deve ser repensado de forma a garantir o direito à aprendizagem e ao desenvolvimento dos estudantes por meio de ações e atividades que contemplem a promoção de atitudes que se materializam na formação humana integral, gerando a reflexão crítica e a autonomia dos estudantes.

Assim, torna-se possível inferir que uma nova configuração da organização das atividades do Programa deva ser pensada como necessária para superar a histórica divisão de turnos de um tempo de escolarização formal, valorizando os múltiplos saberes passíveis de desenvolvimento em uma educação integral.

Diante das vertiginosas mudanças que estão ocorrendo no mundo atual, novas exigências estão se impondo, e são nessas transformações que

consideramos a formação continuada como uma possibilidade de ressignificar a prática profissional.

Para tanto, o trabalho docente precisa sofrer transformações no aspecto organizacional e no modo de conceber o conhecimento, sendo primordial lançar um olhar de forma crítica-reflexiva para a compreensão do processo de formação continuada docente.

2. REFLETINDO SOBRE A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

A questão da formação continuada docente vem mobilizando a atenção dos profissionais que trabalham nas escolas, na medida em que passam a entender que o desenvolvimento profissional dos professores não implica exclusivamente na participação em cursos de natureza acadêmica, mas acontecem também no interior das escolas, num processo de reflexão coletiva. Assim, compreende-se o desenvolvimento profissional como sendo um processo através do qual, os trabalhadores melhoram o seu estatuto, elevam seus rendimentos e aumentam o seu poder e a sua autonomia. (NÓVOA, 1992, p. 2).

Na formação inicial, o professor assimila conteúdos, todavia não tem a prática realmente efetivada. Desse modo, passa por ambigüidades e paradoxos que nunca são efetivamente dissipados, resultando quase sempre em dificuldades no campo da prática pedagógica.

A formação do professor como um processo contínuo e sempre inconcluso, que tem início muito antes do ingresso na licenciatura, se prolonga por toda vida ganhando força, principalmente nos processos partilhados de práticas reflexivas e investigativas.

Assim sendo, o docente precisa refletir a própria prática, percebendo que a formação inicial configura apenas o alicerce de sua prática. Ou seja, a formação acontece não só por trás dos muros da universidade, mas também no ambiente sala de aula. Dessa forma, a formação continuada possibilita mudanças de caráter pessoal, cultural e profissional.

Nesse contexto, conforme assinala (ROMANOWSKI; MARTINS, 2010),

[...] os sistemas de ensino, por exigência legal inclusa nas avaliações de credenciamento institucional, por necessidade do atual contexto sócio-histórico, por exigências da

competitividade de mercado, e mesmo por compromisso com a melhoria do estatuto da formação docente e a consequente melhoria da prática pedagógica, ofertam aos seus professores palestras e cursos, no início e durante o ano letivo. (ROMANOWSKI; MARTINS, 2010, p. 296).

A formação continuada é um momento de reflexão da prática pedagógica dos professores. Portanto, o processo de constituição da identidade profissional deve ser um dos componentes da proposta curricular que dará origem aos cursos, atividades, experiências de desenvolvimento profissional dos docentes.

Nessa perspectiva o governo federal, por meio do Decreto 6.755/2009, instituiu a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, explicitada no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), visando disciplinar a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no fomento a programas de formação inicial e continuada.

Dentre os objetivos desta política destacamos a formação de professores na perspectiva da educação integral, com vistas à disseminação de concepções e práticas que pensem a inovação e o caminho do fazer rompendo e superando os modelos estereotipados e funcionalistas do ato pedagógico no cotidiano escolar, contribuindo para uma visão de totalidade e de interação entre teoria e prática apoiada nos fundamentos teórico-metodológicos da educação integral, intersetorialidade, arranjos educativos locais e educação cidadã.

Neste sentido, Tardif (2002) salienta que

[...] em sua prática, os profissionais devem se apoiar em conhecimentos especializados e formalizados, na maioria das vezes, por intermédio das disciplinas científicas em sentido amplo, incluindo, evidentemente, as ciências naturais e aplicadas, mas também as ciências sociais e humanas, assim como as ciências da educação. (TARDIF, 2002, p.247).

Dessa forma, o processo de constituição da identidade profissional passa a ser um dos componentes da proposta curricular que dará origem aos cursos, atividades e experiências de desenvolvimento profissional dos docentes.

Evidencia-se, portanto, que a importância do professor ampliar seu tempo com o aluno converge para uma preocupação deste com os demais

fatores que englobam o aprendizado de maneira cultural, social e educacional.

3. O PROFESSOR ARTICULADOR DE ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE MATO GROSSO DO SUL

As atividades referentes ao Programa Mais Educação desenvolvidas nas unidades escolares da rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul, visam à ampliação do tempo educacional dos alunos, através da jornada integral, com atividades realizadas no período complementar ao horário da classe comum e relacionadas ao projeto político-pedagógico das escolas.

A efetivação da Educação Integral exige a suplantação de boa parte dos padrões educacionais estabelecidos, ao preconizar novos conteúdos relacionados à sustentabilidade ambiental, aos direitos humanos, ao respeito, à valorização das diferenças e à complexidade das relações entre a escola e a sociedade.

O “Programa Mais Educação” tem por base a integração entre as ações público-privadas para a ampliação do tempo escolar, dos múltiplos espaços de aprendizagem e dos atores envolvidos. Neste contexto surge a figura do professor articulador, com a função de:

[...] orientar a integração do trabalho dos professores e monitores, organizar as atividades no contra turno e envolver a escola como um todo na oferta da educação integral. [...] O coordenador pedagógico deve assumir o papel de articulador da relação entre a escola e a comunidade, na proposição dos projetos político-pedagógicos que tenham por princípio superar a recorrente divisão social do trabalho e as práticas autoritárias existentes na escola (BRASIL, 2009, p. 79).

De acordo com o Manual Operacional de Educação Integral⁴, os macrocampos das escolas urbanas encontram-se assim distribuídos: Acompanhamento Pedagógico (obrigatório); Comunicação, Uso de Mídias e Cultura Digital e Tecnológica; Cultura, Artes e Educação Patrimonial; Educação Ambiental, Desenvolvimento Sustentável e Economia Solidária e Criativa/ Educação Econômica e Esporte e Lazer.

⁴ Manual Operacional de Educação Integral, Brasília, 2013. p. 5-7. (online).

Nesse contexto, vale destacar que a partir do ano de 2013, houve uma reestruturação dos campos de ação pedagógico-curricular do programa, conhecidos por macrocampos, nos quais se desenvolvem atividades interativas, integradas e integradoras dos conhecimentos e saberes, dos espaços e dos sujeitos envolvidos com a ação educativa.

Na reorganização do Programa Mais Educação (PME), a principal alteração ocorreu no macrocampo Acompanhamento Pedagógico que passou a contar com apenas uma atividade, denominada "Orientações de Estudos e Leitura", com o objetivo de promover a articulação entre o currículo estabelecido na escola e as atividades pedagógicas propostas pelo programa, ensejando assim o permanente diálogo entre os professores da escola e os monitores que atuam no PME, além de contemplar as diferentes áreas do conhecimento englobando alfabetização, língua portuguesa, matemática, história, ciências, geografia e línguas estrangeiras.

Diante dessa nova perspectiva, a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS), substituiu, especificamente para essa atividade de ampliação de jornada, a figura do monitor (acadêmico universitário), por professores com graduação em Pedagogia, Letras e Matemática, que passam a exercer a função de Professores Articuladores de Atividades de Educação de Tempo Integral (PAETI).

No que tange as atribuições⁵ dos Professores Articuladores de Atividades de Educação de Período Integral, destacamos:

- Executar com os alunos a atividade pedagógica Orientação de Estudos e Leitura, do macro-campo Acompanhamento Pedagógico;
- Participar da elaboração do planejamento dos professores regentes das disciplinas relacionadas às atividades pedagógicas que irão executar junto aos alunos, promovendo a articulação entre estes e os monitores;

⁵ Estabelecidas em conformidade com o documento norteador da Educação Integral na Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, encaminhado às unidades escolares no ano de 2014, pela Coordenadoria de Políticas para a Educação Infantil e Ensino Fundamental (COPEIEF/SED/MS).

- Planejar momentos de apresentação de ações, relatórios e trabalhos realizados nas atividades pedagógicas do PME, nas reuniões colegiadas, conforme calendário escolar.

De acordo com dados da Coordenadoria de Políticas para a Educação Infantil e Ensino Fundamental (COPEIEF/SED/MS), atualmente 60 (sessenta) professores desempenham essa função com suas respectivas cargas horárias determinadas em função do número de alunos e/ou turmas atendidas pelo Programa Mais Educação em cada unidade escolar da rede estadual de ensino.

Para que os professores possam desempenhar as atribuições supracitadas, são realizadas pela COPEIEF/SED/MS, sessões de estudos de formação continuada com o objetivo de proporcionar condições para que estes possam refletir sobre as novas concepções acerca da ampliação da jornada escolar e as implicações desta no âmbito das políticas públicas em Educação.

Vale ressaltar que no ano de 2013, professores e monitores do Programa Mais Educação tiveram a oportunidade de participar do curso Docência na Escola de Tempo Integral (DETI) em nível de aperfeiçoamento, na modalidade semipresencial, ministrado pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), em conformidade com a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, explicitada no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), por meio de atendimento à demanda social.

Para o ano de 2014, serão ofertadas 200 (duzentas) vagas para o curso de aperfeiçoamento, distribuídas nos municípios de Aquidauana, Bela Vista, Brasilândia, Corumbá e Nova Andradina, como forma de atendimento à demanda social do Estado de Mato Grosso do Sul.

Neste sentido, compactuamos com a visão explicitada por André (2010) para o qual,

[...] a formação docente tem que ser pensada como um aprendizado profissional ao longo da vida, o que implica envolvimento dos professores em processos intencionais e planejados, que possibilitem mudanças em direção a uma prática efetiva em sala de aula. (ANDRÉ, 2010, p. 176).

Quando se afirma que é primordial que a formação docente seja planejada dentro das necessidades do cotidiano da sala de aula, evidencia-

se também a necessidade da prática reflexiva do professor para o atendimento à diversidade de situações que permeiam os processos de ensino e de aprendizagem.

Pelo exposto, espera-se que a proposição de cursos de formação continuada docente seja capaz de planejar ações que estimulem o professor a desenvolver uma postura crítica-reflexiva além de contribuir para a gênese do professor pesquisador, essencial para a concepção de um ensino de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O surgimento de concepções educativas que preconizam o alargamento da jornada escolar, como o Programa Mais Educação, representam a busca pelo atendimento de indigências da sociedade quanto à proteção social e a aprendizagem das crianças e dos adolescentes.

A ampliação de ações educativas na perspectiva da educação integral, objetiva contribuir para a promoção da autonomia dos educandos a partir da idéia de que a escola representa um ambiente de interação entre família e sociedade.

Deste modo, o professor é um agente de transformação social capaz de contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária, por meio da conversão dos conhecimentos adquiridos durante seu processo de formação, na melhoria da qualidade do processo de ensino e de aprendizagem, refletindo na qualidade de vida dos alunos.

A formação de professores é um assunto discutido e pensado pelos profissionais da educação e vem ocupando um espaço significativo nas questões políticas educacionais.

Atualmente tem-se conhecimento de que qualidade e formação de professores caminham juntas e que nesta perspectiva, a formação teórica e prática do professor podem contribuir para melhorar a qualidade do ensino, desde que este esteja consciente de que sua formação é permanente e integrada no seu dia-a-dia nas escolas.

São grandes os desafios que o profissional docente enfrenta, sendo imprescindível lançar mão de estratégias criativas para melhoria da sua

prática pedagógica, podendo contar ainda com teoria aprendida durante sua formação como sendo um recurso a mais para desempenhar seu trabalho com qualidade.

Cabe ressaltar ainda que, a prática pedagógica constitui-se como o corpo da ação do professor, pois é ela que efetiva os objetivos do ensino e fundamenta a educação como direito do cidadão.

Nesse contexto, cursar apenas a graduação não mais é suficiente, fazendo-se necessária a formação continuada no processo do desenvolvimento profissional docente, pois as teorias e as práticas devem ter relações diretas entre si para que o professor seja reconhecido como agente do processo educacional.

A formação continuada é um momento de reflexão da prática pedagógica dos professores, sendo de fundamental importância acompanhar se as práticas dos professores articuladores de atividades de educação de tempo integral estão sendo revertidas em benefício do desenvolvimento integral dos alunos.

A partir do momento em que o professor torna-se capaz de recuperar as lacunas existentes em sua formação, passa a exercer uma nova postura frente a sua prática pedagógica, implementando o seu fazer em prol do desenvolvimento integral de seus alunos.

Desta forma, compreendemos que redes de saberes e de práticas poderão ser constituídas resultando na elaboração de novas estratégias de formação continuada que colaborem para superar os desafios históricos da formação docente em nosso país.

Sendo assim, esta reflexão pretendeu contribuir com elementos para a disseminação de concepções e práticas que pensem a inovação e o caminho do fazer, rompendo e superando os modelos estereotipados e funcionalistas do ato pedagógico no cotidiano escolar.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli. Formação de professores: *a constituição de um campo de estudos*. Educação, Porto Alegre, v. 33, n. 3, p. 174-181, set./dez. 2010

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília. 1988.

_____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)*. Instituído Pela Lei n.9394/1996. Brasília, 1996.

_____. *Portaria Normativa Interministerial N.17*. de 24 de abril de 2007.

_____. Ministério da Educação. *Rede de Saberes Mais Educação: pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral: caderno para professores e diretores de escola*. Brasília: Ministério da Educação, 1ª ed., 2009. (Série Mais Educação).

_____. Decreto nº 6.755/2009, de 29 de janeiro de 2009. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2009.

_____. Decreto nº 7.083 de 27 de janeiro de 2010. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2010.

LEITE, Y. U. F. *O lugar das práticas pedagógicas na formação inicial de professores*. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica (UNESP), 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e Gestão da Escola: teoria e prática*. Goiânia, GO: Alternativa, 2004.

MAURÍCIO, L. V. Escritos, representações e pressupostos da escola pública de horário integral. *Em Aberto*, Brasília, V. 22, n. 80, p. 15-31, 2009.

NÓVOA, Antonio. *A formação contínua de professores: realidades e perspectivas*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1992.

TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2002.

ROMANOWSKI, J. P.; MARTINS, P. L. O. Formação continuada: contribuições para o desenvolvimento profissional de professores. *Rev. Diálogo Educ.*, Curitiba, v. 10, n. 30, p. 285-300, maio/ago. 2010.